

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

2ª Edição
Revista e Atualizada



EDITORA AFILIADA

009990

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8504-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

R839 Rostelato, Telma Aparecida.
Portadores de deficiência e prestação jurisdicional./
Telma Aparecida Rostelato./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá,
2018.
252p.

1. Deficientes. 2. Justiça. 3. Integração social. I. Título.

00029

CDD 362.40(22.ed)
CDU 376.2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
1 – PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA: ENQUADRAMENTO ..21	
1.1 O DECRETO PODE ESTABELEECER RESTRIÇÕES AO CONCEITO?	28
1.1.1 Fissura Labiopalatal: Breves Considerações	36
2 – DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONSIDERAÇÕES PONTUAIS ..43	
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA: SUMÁRIA ABORDAGEM	45
2.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	50
2.3 LOCALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	55
3 – INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: DESÍGNIO DE DIREITOS HUMANOS	61
3.1 MUDANÇA HISTÓRICA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	64
3.1.1 Aparição e Desenvolvimento Histórico dos Direitos Protetivos das Pessoas Portadoras de Deficiência	65
3.2 ÂMBITO DE PROTEÇÃO	68
3.2.1 Nacional.....	68
3.2.1.1 Princípio da dignidade humana	70
3.2.1.2 O Estatuto da Pessoa com Deficiência	74
3.2.1.3 Princípio da igualdade	76
3.2.2 Transnacional	83
3.2.2.1 Consagração como direito fundamental: reconhecimento em tratados internacionais	87
3.2.2.1.1 Caso Ximenes Lopes	92
4 – INSTRUMENTOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	97
4.1 A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INDIVIDUAL.....	99
4.1.1 Tutela Jurisdicional Específica	102
4.2 O ACESSO À JURISDIÇÃO PELAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	110
4.2.1 Singela Abordagem do Direito Brasileiro	113

	4.2.1.1	Direito de acesso ao mercado de trabalho.....	114
	4.2.1.2	Direito à educação	123
	4.2.1.3	Direito à saúde	134
	4.2.1.4	Direito à previdência e assistência social.....	141
	4.2.2	Recentes Propostas de Criação e Ampliação dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, Enviadas ao Congresso Nacional.....	144
5 –		QUE CAMINHOS PERCORRER PARA ASSEGURAR A USUFRUIÇÃO DOS DIREITOS PELAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA?	161
	5.1	TUTELAS DE URGÊNCIA: ASPECTOS GERAIS	163
	5.1.1	Medida Cautelar	170
	5.1.2	Tutela Antecipada.....	171
	5.1.2.1	Atuais alterações enviadas ao Congresso Nacional, a respeito da tutela antecipada.....	175
	5.1.3	Mandado de Segurança.....	178
	5.1.3.1	Escoço histórico	178
	5.1.3.2	Aspectos genéricos, necessários à compreensão do instituto	180
	5.2	LIMINAR	184
	5.3	ELEMENTOS DIFERENCIADORES	186
	5.3.1	Medidas cautelares e liminares	186
	5.3.2	Medidas Cautelares e Tutelas Antecipadas.....	188
	5.3.3	Liminares e Tutelas Antecipadas	191
	5.3.4	Mandado de Segurança e as Demais.....	192
	5.4	A MAIS EFICIENTE DAS TUTELAS DE URGÊNCIA PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA.....	193
6 –		DICOTOMIA: INSUFICIÊNCIA DO ACESSO À JURISDIÇÃO – NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	197
7 –		O NECESSÁRIO JULGAMENTO JUSTO, EFICIENTE, EFICAZ E EFETIVO	201
	7.1	ASPECTOS DIFERENCIADORES: JUSTIÇA, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	203
	7.2	OS FINS PROPUGNADOS PARA A ADEQUADA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA.....	214
		CONCLUSÕES	221
		REFERÊNCIAS	233
		ÍNDICE REMISSIVO	243